



3º Feira Estadual da Reforma Agrária, Bahia, 2017.
Foto: Daniela Moura / Midia Ninja

1 Artigo

Além da COP30: as raízes da crise ambiental e as saídas dos povos

Natália Lobo¹

Resumo // Este texto propõe analisar criticamente as disputas em torno da COP30, desvelando as contradições das soluções propostas pelos governos do Norte Global e corporações transnacionais, ao mesmo tempo em que expõe as alternativas apresentadas pelos movimentos populares.

Palavras-chave // COP30, crise ambiental, falsas soluções, movimentos populares.

1 Militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e parte da Sempreviva Organização Feminista (SOF)

Introdução

Pela primeira vez na história, uma reunião da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP Clima) será realizada no coração da Amazônia. A escolha deste bioma como sede do evento, no entanto, não esconde as profundas contradições que se reproduzem nesta e em outras COPs: enquanto os discursos oficiais celebram a “transição energética” e outros pequenos avanços do capitalismo verde como vitórias, os territórios amazônicos, e de todo o Sul Global, seguem sob intenso ataque do agronegócio, da mineração e do poder corporativo como um todo. Seja pela destruição clara da natureza, seja pelo capitalismo verde, o capital avança sobre a natureza e aprofunda as desigualdades sociais ao redor do mundo.

Três décadas de COPs demonstraram os limites da diplomacia climática operando sob a hegemonia do capital. As emissões globais seguem crescendo, os eventos climáticos extremos se intensificam, as desigualdades se aprofundam. É certo que a COP30 não romperá magicamente com esta trajetória. A crise climática não é um fenômeno natural, nem “produto da ação humana” de forma genérica, nem uma questão solucionável com simples adaptações tecnológicas. A situação atual é resultado direto do modo de produção capitalista e sua necessidade de expansão e acumulação. Ela demonstra a impossibilidade deste sistema de operar dentro dos limites biofísicos do planeta. A exploração ilimitada da natureza, tratada como recurso inesgotável, e a superexploração do trabalho, especialmente do trabalho não pago das mulheres, constituem os dois pilares sobre os quais se sustenta a acumulação de capital.

Neste contexto, as soluções para a crise ambiental não estão dadas, mas sim em uma arena de disputas. De um lado, governos do Norte Global e corporações transnacionais promovem soluções de mercado, como mercados de carbono e novas tecnologias proprietárias que, longe de enfrentar as causas estruturais da crise, aprofundam a mercantilização da natureza. De outro lado, os movimentos sociais organizam as propostas que emergem de suas construções concretas: a agroecologia, a reforma agrária popular, a soberania alimentar, a economia feminista, a defesa dos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Estas não são apenas alternativas viáveis: são as únicas respostas capazes de enfrentar simultaneamente a crise climática, a fome, a desigualdade e as múltiplas formas de opressão que o sistema capitalista produz e reproduz.

Este texto propõe analisar criticamente as disputas em torno da COP30, desvelando as contradições das soluções propostas pelos governos do Norte e corporações transnacionais, ao mesmo tempo em que expõe as alternativas apresentadas pelos movimentos populares. O futuro será definido pela capacidade dos povos do Sul Global de construir suas contra ofensivas a este modelo de desenvolvimento imposto, ampliando e materializando as alternativas enraizadas em suas próprias experiências históricas de luta e organização coletiva.

Capitalismo e crise ambiental

A relação entre capitalismo e destruição ambiental não é acidental nem contingente, e sim constitutiva. O modo de produção capitalista se caracteriza pela necessidade permanente de produção do valor, e hoje realiza isso, dentre outras formas, a partir da apropriação dos bens comuns. O capital trata a natureza como fonte gratuita de matérias-primas e como depósito ilimitado de resíduos, externalizando os custos ambientais da produção. A chamada “acumulação primitiva”, processo violento de separação dos camponeses de suas terras, não foi apenas um momento fundador do capitalismo, mas segue operando por meio da expropriação contínua dos territórios dos povos do Sul.

Nesse sentido, o capitalismo não deve ser compreendido como um sistema econômico que apenas impacta a natureza externamente. Ele foi responsável por criar uma noção de natureza específica, que separa artificialmente sociedade e natureza para justificar a apropriação ilimitada dos “recursos naturais”. Com base nessa noção se justifica a existência de economias primário-exportadoras, como a brasileira, que se fundamenta na exploração atroz da natureza para se manter, e trata todos os danos humanos e ambientais que decorrem disso como simples “externalidades”.

O agronegócio brasileiro é um exemplo disso. A expansão da fronteira agrícola não significa a expansão da produção de alimentos, e sim de *commodities* para exportação. As mercadorias produzidas em territórios recém-desmatados não alimentam o povo brasileiro, mas rebanhos de outros países. Esta inserção subordinada na Divisão Internacional do Trabalho tem custos ambientais gigantescos: 44% das emissões de gases de efeito estufa do Brasil provêm da mudança de uso da terra, principalmente do desmatamento.

A exploração capitalista tem se articulado principalmente por meio de três vetores principais que se reforçam mutuamente: as soluções “verdes”, a expansão do complexo industrial-militar e o avanço da digitalização sobre todas as esferas da produção e da vida social. Corporações como Tesla, Apple e Microsoft se apresentam como protagonistas da sustentabilidade enquanto expandem a extração de lítio, cobalto e terras raras no Sul Global, reproduzindo padrões coloniais sob nova roupagem (IEA, 2021). Esta mineração ocorre majoritariamente em territórios do Sul Global, com impactos devastadores sobre comunidades locais, contaminação de águas e solos e intensificação de conflitos territoriais. Enquanto o Norte Global consome os produtos “limpos”, o Sul suporta os custos socioambientais da extração.

Simultaneamente, observa-se uma militarização crescente da questão climática e dos territórios estratégicos. O orçamento militar global cresce, com destaque para investimentos em “defesa climática” e segurança de recursos naturais. Esta militarização serve a múltiplos propósitos: garantir acesso a minerais estratégicos, controlar rotas comerciais afetadas por mudanças climáticas, reprimir resistências territoriais e transformar a crise ambiental em oportunidade de negócio para a indústria bélica. As Big Techs operam como infraestrutura deste processo, fornecendo sistemas de vigilância, inteligência artificial para operações militares e controle de dados sobre territórios e populações. Amazon, Microsoft e Google fornecem serviços de computação em nuvem para forças armadas e agências de inteligência. A digitalização da agricultura, apresentada como solução climática, entrega às corporações transnacionais informações detalhadas sobre solo, clima e produção, concentrando conhecimento estratégico e aprofundando dependência tecnológica. Este tripé - tecnologias verdes, militarização e Big Techs - constitui o novo regime capitalista que se apresentará na COP30 como solução, quando na verdade aprofunda os problemas e aumenta a extração de bens comuns e a dependência tecnológica do Sul Global.

A destruição ambiental aprofunda as desigualdades sociais preexistentes a ela, afetando mais os povos indígenas, as comunidades quilombolas, os camponeses sem terra, as mulheres e a população negra. São estes grupos que, historicamente expropriados e marginalizados pelo capitalismo, enfrentam agora os impactos mais devastadores das mudanças climáticas: secas prolongadas que inviabilizam suas práticas agrícolas, enchentes que destroem seus territórios, ondas de calor que os atingem em trabalhos expostos, insalubres e sem proteção.

Mas são estes mesmos grupos os responsáveis pelo cuidado com a natureza ao redor do mundo. Estudos demonstram que territórios indígenas apresentam taxas de desmatamento significativamente menores que áreas não protegidas, mesmo quando confrontados com as mesmas pressões econômicas (FAO; FILAC, 2021). As práticas agrícolas camponesas e agroecológicas, ao contrário do agronegócio, não apenas mantêm como aumenta a matéria orgânica dos solos, cuidam das águas e preservam a diversidade biológica. Como afirma a Via Campesina (2009) em suas declarações, “as camponesas e camponeses esfriam o planeta” por meio de suas práticas milenares de cultivo e cuidado com a terra.

A economia feminista demonstra a relação entre a exploração da natureza e a exploração do trabalho das mulheres. Ambas são tratadas pelo capitalismo como recursos ilimitados e gratuitos, bases invisíveis sobre as quais se sustenta a acumulação. Esta analogia não é meramente conceitual; materializa-se em dinâmicas concretas. São as mulheres, especialmente as mulheres camponesas, indígenas e periféricas, que enfrentam as consequências mais diretas da degradação ambiental. Quando fontes de água são contaminadas por agrotóxicos ou resíduos mineradores, são as mulheres que precisam caminhar distâncias maiores para buscar água potável. Quando secas prolongadas destroem a produção agrícola, são as mulheres que precisam garantir a alimentação da família com recursos cada vez mais escassos (HERRERO, 2014).

A Marcha Mundial das Mulheres, em seus documentos sobre economia feminista e justiça climática, tem denunciado como as falsas soluções para a crise climática - mercados de carbono, agricultura “climaticamente inteligente”, monocultivos de agrocombustíveis - frequentemente aprofundam a exploração das mulheres. Projetos de REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação), por exemplo, podem restringir o acesso das mulheres a recursos florestais dos quais dependem para alimentação e renda. A expansão de monocultivos de dendê ou eucalipto para produção de biocombustíveis reduz terras disponíveis para agricultura de autoconsumo, aumentando a insegurança alimentar das famílias. Considerando isso, qualquer proposta genuína de enfrentamento da crise climática deve partir do reconhecimento de que a sustentabilidade da vida humana, não a acumulação de capital, precisa estar no centro da organização social (LOBO, 2021).

A COP30 e as disputas entre falsas e verdadeiras soluções

As COP Clima, realizadas anualmente desde 1995, constituem a principal arena multilateral de negociação sobre políticas climáticas globais. Ao longo de suas três décadas de existência, as COPs produziram uma série de acordos, como o Protocolo de Kyoto (1997) e o Acordo de Paris (2015), que estabeleceram metas de redução de emissões, mecanismos de cooperação internacional e compromissos financeiros dos países.

Cada vez mais, os movimentos sociais denunciam que os diversos espaços do sistema ONU têm sido capturados pelo chamado “multistakeholderismo”. O multistakeholderismo representa uma reconfiguração fundamental do sistema de governança global, deslocando o poder de decisão dos Estados nacionais para arranjos em que corporações transnacionais ocupam posições centrais sem qualquer base democrática para sua participação. Não predomina mais a lógica na qual governos representam seus cidadãos e tomam decisões finais sobre questões globais. Adota-se um funcionamento em que corporações aparecem como atores importantes em processos decisórios, sem procedimentos claros para designar quem são os “stakeholders” legítimos. Esta dinâmica resulta em um estreitamento das opções políticas disponíveis, limitando-as àquelas compatíveis com retornos econômicos para as empresas, além de minar a soberania dos Estados, especialmente dos países do Sul Global. O fenômeno desloca o lócus das decisões políticas do sistema multilateral para mecanismos mistos em que o setor privado governa - apoiado por alguns Estados - instituições internacionais e grandes filantropos, tornando-se sistêmico na governança global.

Soma-se a esta tendência o fato de que, neste ano, a COP ocorre em um contexto mais amplo de crise do próprio multilateralismo e do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), uma crise que é sentida de forma particular pelos países do Sul Global. A estrutura da ONU e de suas instituições financeiras correlatas reflete a ordem global estabelecida, e ajuda a perpetuar o domínio das potências do Norte. As decisões sobre financiamento, comércio e padrões de desenvolvimento continuam sendo majoritariamente definidas por um pequeno grupo de nações e corporações transnacionais, muitas vezes ignorando as demandas históricas e a soberania do Sul.

O genocídio em Gaza e a completa incapacidade do Conselho de Segurança da ONU de impor um cessar-fogo duradouro, ou garantir a ajuda humanitária necessária, exemplifica de forma dramática a crise deste multilateralismo. Essa situação reforça a percepção, particularmente no Sul Global, de que este sistema é fundamentalmente antidemocrático e opera sob um duplo padrão, priorizando os interesses geopolíticos das grandes potências em detrimento da sustentabilidade da vida e da soberania dos povos. A partir desse esgotamento, ganham força as propostas de reforma do multilateralismo, que vão além de ideias pontuais como um simples aumento do financiamento climático. O Sul Global pressiona por uma reforma profunda das instituições multilaterais, incluindo os bancos multilaterais de desenvolvimento, e reafirma a importância de seus próprios mecanismos e articulações, como o Brics, e alianças regionais, como Celac, Mercosul, Unasul, Aliança dos Estados do Sahel, a União Africana e Alba-TCP.

A ineficácia crônica das COPs, em reverter a trajetória ascendente das emissões de gases de efeito estufa e o sistemático descumprimento das promessas de financiamento climático por parte dos países desenvolvidos, são manifestações dessa crise de legitimidade e funcionalidade do sistema. Os compromissos nacionais assumidos no Acordo de Paris, mesmo se plenamente implementados - o que está longe de ocorrer -, levariam a um aquecimento global de aproximadamente 2,7°C até o final do século, bem acima da meta de 1,5°C considerada necessária para evitar impactos catastróficos. As promessas de financiamento climático dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento têm sido sistematicamente descumpridas. A retirada dos Estados Unidos - o maior emissor histórico do planeta - do Acordo Paris expõe a verdadeira natureza do imperialismo diante da crise climática: a recusa deliberada em aceitar qualquer limite à acumulação capitalista, mesmo quando a sobrevivência da humanidade está em jogo. A saída estadunidense desnuda também a fragilidade estrutural dos acordos climáticos construídos sobre bases voluntárias e completamente submetidos aos interesses das corporações transnacionais.

A COP30 se apresenta sob o lema da “implementação”. Segundo a presidência brasileira da conferência, o foco não será mais negociar novos compromissos, mas implementar aqueles já assumidos. Esta ênfase na implementação, embora possa parecer pragmática e de fato necessária, esconde uma operação ideológica importante: desloca o debate das causas estruturais da crise e não trata da urgência de adotar soluções reais. Ao invés disso, foca na necessidade

de execução urgente do que já foi acordado, ainda que estes acordos estejam sob bases que reproduzem desigualdades e não lidam com a raiz do problema.

Os temas centrais da COP30 refletem estas contradições. O financiamento climático é apresentado como questão técnica de mobilização de recursos públicos e privados por meio de bancos multilaterais de desenvolvimento e mercados financeiros, mas não se questiona a estrutura financeira global que drena recursos do Sul para o Norte pelo pagamento de dívidas e dos termos de troca desiguais no comércio internacional. Os países do Sul Global foram saqueados, mantêm intacta a maior parte da natureza preservada do mundo, mas seguem sendo tratados como devedores financeiros.

O Fundo de Financiamento para Florestas Tropicais (TFFF) é esperado como um dos grandes mecanismos de financiamento a ser lançado na COP30, e é um exemplo de uma falsa solução. O TFFF é concebido como um mecanismo que monetiza os serviços ecossistêmicos das florestas - regulação climática, sequestro de carbono, manutenção hídrica, biodiversidade - propondo pagar US\$ 4 por hectare de floresta tropical preservada e criar, com a soma de todos os territórios em bilhões de hectares, um fundo global de 125 bilhões de dólares, cujos rendimentos sustentariam esses pagamentos. Contudo, o mecanismo depende de levantar esses 125 bilhões de dólares em investimentos públicos e privados, gerar lucros constantes de 7,5% ao ano e sustentar pagamentos mesmo diante de crises financeiras, sendo que, caso o fundo não alcance tais retornos, os pagamentos podem ser reduzidos ou suspensos, prevendo-se até uma “liquidação ordenada” como plano de contingência.

Além disso, ao operar enquanto uma lógica bancária, o TFFF cria novas dívidas e obrigações: os países patrocinadores e investidores privados tornam-se credores que esperam retorno, enquanto os países com florestas tropicais podem ver suas reservas transformadas em garantia de títulos e obrigações externas, deixando em aberto questões cruciais sobre quem responderá se os países falharem em pagamentos futuros e qual será o nível de austeridade exigido para honrar esses compromissos. O recurso não é transferido necessariamente para as comunidades que conservam a floresta, e a lógica econômica do fundo está totalmente baseada no mercado financeiro.

A transição energética, tema central da COP30, é outro tema capturado pelas empresas transnacionais. A ênfase está na substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis (solar, eólica, hidroelétrica) sem questionar a

propriedade do sistema energético, os impactos socioambientais das renováveis de larga escala e os padrões de consumo energético do Norte. Grandes projetos corporativos de energia renovável frequentemente reproduzem a mesma lógica de qualquer outro megaempreendimento: expropriação de territórios, acaparamento de terras, destruição de ecossistemas, destruição da soberania alimentar, aumento da violência contra as mulheres e violações de direitos humanos.

Para os movimentos populares, a chamada “Transição Justa” não pode privilegiar interesses de grandes corporações transnacionais. É urgente reverter a mercantilização e a privatização do setor energético, reivindicando a propriedade e o controle público das empresas de energia, com gestão participativa. A energia deve ser tratada como um bem comum e um direito humano, fora da lógica do mercado. Para isso, é necessário que os Estados assumam uma posição anti-neoliberal, capaz de promover o planejamento e as políticas públicas necessárias para proteger a classe trabalhadora e a natureza. É fundamental que a transição energética esteja a serviço das pessoas, com base em controle social e comunitário na transição, erradicação da pobreza energética, universalização dos serviços públicos e redução das disparidades tarifárias.

Também é necessário um posicionamento de princípio sobre a responsabilização histórica: a Transição Justa exige a responsabilização histórica do Norte Global e das empresas transnacionais e a exigência do pagamento da dívida ecológica acumulada. A extração de minerais essenciais para a descarbonização das economias do Norte Global tem levado a um avanço ainda maior do poder corporativo sobre o Sul Global. Portanto, a transição para fontes alternativas de energia deve ser feita por meio de um planejamento com participação popular, e que não reforce as desigualdades históricas.

O mercado de carbono, mecanismo presente nas negociações climáticas há décadas, constitui outra falsa solução. Por meio do comércio de emissões, empresas poluidoras podem compensar suas emissões financiando projetos, geralmente de conservação florestal ou reflorestamento. Este mecanismo permite que corporações continuem com seu modo de produção intacto, desde que “compensem” suas emissões em outro lugar. Frequentemente, estes projetos constituem uma “grilagem verde”. As organizações que executam os projetos (grandes ONGs, como a The Nature Conservancy e a WWF) se apropriam de territórios camponeses e de povos e comunidades tradicionais para serem seus “sumidouros de carbono”. No geral, é oferecido um recurso financeiro para as comunidades

entrarem no projeto ao se aproveitarem da necessidade das pessoas por renda, mas sob contratos abusivos e sem que o debate passe pela organização coletiva da comunidade. Há registros de casos ainda mais graves, em que foram realizados projetos em comunidades sem que elas fossem consultadas (BARROS, 2022). Na prática, restringem o acesso das populações locais aos recursos dos quais dependem para sua sobrevivência e as impedem de seguir tendo suas práticas agrícolas que garantem a soberania alimentar.

Estas e outras falsas soluções - como agricultura climática inteligente, tecnologias de edição genética, geoengenharia - compartilham características comuns: mantêm intacta a lógica de acumulação capitalista, concentram controle sobre territórios e recursos em corporações transnacionais e frequentemente agravam os problemas que alegam resolver.

A “agricultura climática inteligente” (climate-smart agriculture), promovida por organizações internacionais e corporações do agronegócio, é outra falsa solução. Sob este rótulo são reunidas tecnologias e práticas extremamente diversas: desde integração lavoura-pecuária-floresta até transgênicos, agricultura de precisão e pecuária industrial intensiva. Esta imprecisão conceitual é proposital: permite que o agronegócio químico-intensivo se apresente como solução climática sem alterar fundamentalmente suas práticas destrutivas. A promoção de transgênicos como solução climática é particularmente problemática. Argumenta-se que variedades geneticamente modificadas resistentes a seca, pragas e herbicidas reduziram a necessidade de insumos químicos e aumentariam a produtividade, supostamente diminuindo a pressão sobre as florestas. Na prática, os transgênicos mais difundidos aumentaram dramaticamente o uso de agrotóxicos, pois as plantas rapidamente desenvolvem resistência, exigindo doses crescentes de veneno. Além disso, é amplamente sabido que os transgênicos aprofundam a dependência tecnológica dos agricultores em relação às corporações que controlam patentes de sementes e agroquímicos associados.

Além disso, os transgênicos ameaçam a agrobiodiversidade pela contaminação genética de variedades tradicionais. No México, centro de origem do milho, variedades crioulas cultivadas há milênios foram contaminadas por genes de milho transgênico, apesar de uma moratória oficial. Esta contaminação representa uma destruição de patrimônio genético e cultural acumulado por povos indígenas ao longo de gerações. Por isso, a presidenta Claudia Sheinbaum enviou, em janeiro de 2025, uma reforma constitucional ao Congresso mexicano para

proibir o plantio de milho transgênico no país, visando proteger a diversidade genética das raças de milho nativo e a cultura alimentar nacional. A mudança constitucional estabelece o milho como elemento da identidade nacional e determina que seu cultivo deve ser livre de transgênicos, priorizando técnicas agroecológicas. A reforma também se fundamenta em evidências de que os pesticidas utilizados nas culturas transgênicas são comprovadamente cancerígenos e representam risco à vida humana e não humana.

A COP30 também discutirá a adaptação às mudanças climáticas, reconhecendo que mesmo com reduções drásticas de emissões, impactos já irreversíveis precisam ser enfrentados. Contudo, a abordagem dominante trata adaptação como questão técnica: falam de infraestrutura resiliente, sistemas de alerta precoce, cultivares resistentes à seca. Assim, desconsideram que uma verdadeira adaptação passa por enfrentar as desigualdades sociais. Comunidades com acesso seguro à terra, sistemas alimentares diversificados, autonomia sobre seus territórios e recursos são infinitamente mais capazes de se adaptarem do que populações despossuídas.

O tema de perdas e danos se refere aos impactos das mudanças climáticas que não podem ser evitados pela mitigação nem enfrentados pela adaptação. Trata-se de uma demanda por reparações: os países historicamente responsáveis pelas emissões devem ser responsabilizados pelas perdas sofridas pelos países que suportam desproporcionalmente os impactos. Contudo, mesmo aqui as negociações se arrastam em disputas sobre montantes, mecanismos de financiamento e responsabilidades, enquanto comunidades inteiras são deslocadas por eventos climáticos extremos.

Propostas dos povos para a superação da crise ambiental

A ascensão dos países do Sul Global no cenário geopolítico contemporâneo, particularmente pela articulação do Brics, cria condições de possibilidades para o enfrentamento da crise ambiental. Estes países têm o potencial de desafiar a hegemonia do Norte nas negociações climáticas, exigindo responsabilização histórica pelas emissões acumuladas e financiamento para os países do Sul a partir de mecanismos econômicos mais justos. O Brics tem defendido também a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento e o reconhecimento

real do princípio das "responsabilidades comuns mas diferenciadas", que atribui maior responsabilidade aos países que mais contribuíram historicamente para o problema.

Contudo, a agenda política do bloco neste contexto, assim como em tantos outros, não está completamente definida. A questão central não é se países do Sul Global participarão mais ativamente das decisões sobre clima. Certamente participarão, dada sua crescente relevância econômica e política. Mas é necessário definir sob qual projeto político o fará. O Sul Global enfrenta uma escolha crucial: reproduzir trajetórias de desenvolvimento capitalista dos países industrializados, com todos os custos ambientais e sociais que isto implica, ou construir alternativas baseadas em autonomia, solidariedade internacional, soberania, industrialização ecológica e valorização de conhecimentos tradicionais e dos movimentos sociais.

São muitas as experiências concretas que podem servir como base para a criação de políticas. Um exemplo é o extenso programa de agricultura urbana e agroecologia de Cuba, referência internacional em produção de alimentos com baixo uso de insumos externos. Este exemplo demonstra que sistemas alimentares sustentáveis são viáveis e podem ser desenvolvidos mesmo em contextos de recursos limitados. No mesmo sentido, os movimentos ligados à Via Campesina têm acumulado décadas de experiências práticas de produção de alimentos saudáveis sem agrotóxicos, conservando biodiversidade, regenerando solos e cuidando dos bens comuns. Estas experiências não são marginais: estima-se que a agricultura familiar e camponesa produza 70% dos alimentos consumidos mundialmente, embora ocupe apenas 25% das terras agrícolas.

O desafio para os países do Sul Global é transformar estes exemplos de resistência e alternativas locais em políticas nacionais e articulações internacionais capazes de desafiar a hegemonia do capital. Para isso é preciso enfrentar desafios históricos: fazer reforma agrária que democratize o acesso à terra, titulação dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, demarcação das terras indígenas, políticas de fomento à agroecologia, avançar na integração regional de forma a diminuir a dependência do Norte Global.

A economia feminista oferece contribuições fundamentais para a compreensão e enfrentamento da crise ambiental, desvelando dimensões que permanecem invisibilizadas nas análises convencionais. Como falamos no início deste texto, o capitalismo se sustenta sobre duas formas de apropriação não paga:

apropriação do trabalho das mulheres e apropriação dos bens comuns. Ambas são externalizadas dos cálculos econômicos, tratadas como infinitamente disponíveis, invisibilizadas nos indicadores de produtividade e crescimento.

A Economia Feminista se propõe a colocar luz nestas dimensões ocultas pela economia neoclássica. Para isso, precisamos visibilizar o que realmente sustenta a vida e, consequentemente, o sistema econômico. Por isso, damos ênfase a duas características da vida humana frequentemente negadas pelo capitalismo: nossa ecodependência, ou seja, o fato de que dependemos absolutamente dos processos ecológicos para nossa sobrevivência; e a interdependência, que é a nossa necessidade de cuidado mútuo em todas as fases da vida. O capitalismo patriarcal nega ambas as dependências, construindo uma ficção do indivíduo autônomo e autossuficiente, que chamamos de *homo economicus*: um personagem que só existe nos livros de economia neoliberal, que não depende dos outros e da natureza para existir, que chega ao mercado “pronto”. Esta ficção se sustenta porque o trabalho de cuidado que mantém vivos estes supostos indivíduos autônomos é invisibilizado e atribuído “naturalmente” às mulheres, como ato de amor, assim como a natureza é colocada como uma fonte inesgotável de recursos a serem explorados.

Contra essa forma de organizar a economia, propomos o que Amaia Pérez Orozco (2014) chama de “subversão feminista da economia”: colocar a sustentabilidade da vida, não a acumulação de capital, no centro da organização econômica. Ao invés de perguntar apenas como garantir crescimento econômico, pergunta-se como garantir que todas as pessoas tenham condições materiais dignas de vida. Ao invés de aceitar o trabalho de cuidado como tarefa individual e privada das mulheres, propõe-se sua socialização e corresponsabilização. Ao invés de tratar a natureza como recurso a ser explorado, reconhecem-se os limites biofísicos do planeta como condições inegociáveis da vida humana.

No contexto da crise climática, esta perspectiva é especialmente relevante, e oferece pistas por onde seguir. A Economia Feminista não é apenas um campo do conhecimento, mas também uma bandeira de luta, uma agenda política a ser construída. Ela passa fundamentalmente por superar a Divisão Sexual do Trabalho, que constitui a base da exploração das mulheres sob o capitalismo. Para isso, é necessário visibilizar o trabalho de reprodução da vida, tirá-lo dos ombros das mulheres e torná-lo responsabilidade também dos homens e do Estado. As mulheres, particularmente mulheres camponesas, indígenas e periféricas do Sul

Global, enfrentam os impactos mais severos das mudanças climáticas. Quando secas prolongadas reduzem a disponibilidade de água, são as mulheres que precisam caminhar distâncias maiores carregando recipientes pesados. Quando os eventos extremos afetam a produção agrícola, são as mulheres responsáveis por dar um jeito de, ainda assim, garantir a alimentação familiar. Quando eventos climáticos extremos destroem moradias e infraestruturas, são as mulheres que precisam recompor cotidianos destruídos, cuidar dos doentes, reorganizar as comunidades.

As falsas soluções climáticas também são responsáveis por aprofundar a exploração das mulheres. A expansão de monocultivos para produção de agrocombustíveis, apresentados como alternativa verde aos combustíveis fósseis, reduz terras disponíveis para agricultura de autoconsumo, aumentando insegurança alimentar e intensificando trabalho das mulheres. Projetos como os de REDD+, que restringem acesso a florestas sem consultar comunidades locais, prejudicam especialmente mulheres, que dependem de recursos florestais para alimentação, plantas medicinais, lenha e renda. Políticas de austeridade justificadas pela necessidade de financiar transição energética cortam serviços públicos de saúde e educação, transferindo novamente para as mulheres, pelo trabalho não pago, as funções que o Estado deixa de cumprir.

A economia feminista também oferece uma chave para compreender por que as negociações climáticas fracassam sistematicamente. As COPs operam dentro de marco conceitual que separa economia de natureza e de reprodução. Esta separação é funcional ao capital porque permite discutir as mudanças climáticas sem questionar relações sociais de produção e reprodução. Uma economia centrada na sustentabilidade da vida partiria de premissas completamente diferentes. Reconheceria que todo trabalho dito “produtivo” depende do trabalho de reprodução da vida e da natureza. Nestes marcos, é impossível externalizar custos ambientais e humanos como faz o capitalismo, e a produção deveria estar definida pelos limites da capacidade de regeneração dos ecossistemas e da disponibilidade de tempo social para a reprodução da vida.

Enquanto as negociações oficiais da COP30 vão no sentido de fortalecer o poder corporativo, nos territórios camponeses, indígenas e quilombolas do Sul Global desenvolvem-se práticas concretas de produção de alimentos, cuidado com a natureza e reprodução da vida. Estas práticas, articuladas sob princípios

como soberania alimentar e agroecologia, demonstram que soluções reais para a crise climática já existem.

A soberania alimentar, princípio defendido pela Via Campesina, contrasta radicalmente com a “segurança alimentar”, conceito dominante nas instituições internacionais, que se limita a garantir acesso a quantidades suficientes de alimentos, independentemente de como ou onde foram produzidos. Já a soberania alimentar é proposta política que questiona o sistema alimentar globalizado controlado por corporações transnacionais. Este sistema, baseado em monocultivos industriais, uso intensivo de agrotóxicos, sementes patenteadas e longas cadeias de distribuição, concentra poder nas mãos de poucas empresas como Bayer-Monsanto, Corteva e BASF, que controlam mercados de sementes, agrotóxicos e fertilizantes químicos. Esta concentração permite que corporações capturem parcela desproporcional do valor gerado na cadeia alimentar, enquanto agricultores recebem preços decrescentes por sua produção e consumidores pagam preços crescentes por alimentos.

A soberania alimentar propõe descentralizar a produção e a distribuição de alimentos, priorizando mercados locais e regionais em detrimento da exportação, valorizando conhecimentos tradicionais sobre pacotes tecnológicos corporativos, democratizando acesso à terra pela reforma agrária.

A agroecologia é a base da soberania alimentar. Definida como ciência, prática e movimento social, a agroecologia integra conhecimentos científicos com saberes tradicionais para desenvolver sistemas agrícolas que se baseiam nos processos ecológicos naturais. Estes sistemas não apenas produzem alimentos saudáveis sem agrotóxicos, mas regeneram ecossistemas degradados, aumentam matéria orgânica dos solos, conservam água e protegem a biodiversidade.

Durante o furacão Mitch que devastou América Central em 1998, pesquisadores compararam danos em propriedades agroecológicas e convencionais na Nicarágua, Honduras e Guatemala. Propriedades com práticas agroecológicas, como diversificação de cultivos, cobertura vegetal, terraços e sistemas agroflorestais, apresentaram perdas significativamente menores de solo, água e cultivos do que propriedades convencionais vizinhas. Esta resiliência não resulta de tecnologias caras ou complexas, mas de princípios ecológicos simples: diversidade gera estabilidade, solo bem manejado retém água, vegetação densa protege contra erosão (HOLT-GIMÉNEZ, 2002).

As experiências de soberania alimentar, agroecologia e reforma agrária demonstram que alternativas ao agronegócio não são utopias distantes, mas realidades construídas cotidianamente por milhões de pessoas nos territórios. Estas alternativas não são marginais: agricultura familiar e camponesa produz 70% dos alimentos consumidos globalmente, embora ocupe apenas 25% das terras agrícolas e receba uma fração mínima dos financiamentos públicos. Se reformas agrárias amplas fossem implementadas, se agricultura camponesa recebesse apoio técnico e financeiro equivalente ao agronegócio, se políticas públicas priorizassem mercados locais sobre exportações, sistemas alimentares sustentáveis poderiam alimentar toda a humanidade enquanto regeneram ecossistemas.

Isto não ocorre por inviabilidade técnica ou econômica, mas porque confronta interesses de corporações transnacionais do agronegócio e de elites agrárias locais que lucram com o modelo destrutivo atual. A questão não é técnica, mas política: quem controla terra, sementes, conhecimentos, cadeias alimentares? A COP30 debaterá tecnologias climáticas sofisticadas, mas evitará cuidadosamente esta questão fundamental. Enquanto isso, nos territórios, as mulheres, as comunidades e os movimentos seguem semeando alternativas.

Conclusão

A realização da COP30 na Amazônia condensa as contradições fundamentais do capitalismo contemporâneo em sua relação com a natureza. De um lado, governos e corporações apresentarão soluções de mercado que prometem conciliar capitalismo com sustentabilidade ambiental. Do outro, nos territórios amazônicos e em todo o Sul Global, os povos enfrentam cotidianamente a violência deste mesmo sistema e constroem alternativas reais e a defesa dos seus territórios.

As análises apresentadas ao longo deste texto demonstram que a crise climática não é problema técnico a ser resolvido por inovações tecnológicas ou ajustes marginais. Trata-se de crise sistêmica que emerge da incompatibilidade fundamental entre a lógica de acumulação capitalista e os limites biofísicos do planeta. O capitalismo trata a natureza e o trabalho reprodutivo das mulheres como recursos gratuitos e ilimitados, externalizando custos ambientais e sociais da produção. Esta dinâmica, que impulsionou a acumulação de capital por séculos, atingiu agora limites físicos do planeta.

A estrutura financeira global opera como bomba de sucção que drena recursos do Sul para o Norte, e o financiamento climático, nos valores e formatos propostos, não reverte esta dinâmica. Além disso, as parcelas do financiamento climático consistem em empréstimos, não em doações, aprofundando endividamento de países já sobrecarregados. O uso do próprio conceito de “financiamento” é equivocado, porque deveríamos falar de reparação: países industrializados são responsáveis pela maioria das emissões históricas acumuladas e devem compensar países que sofrem impactos desproporcionais de uma crise que não causaram. Tratar reparações climáticas como empréstimos ou investimentos privados aprofunda as desigualdades e inverte as responsabilidades.

O fato da COP30 ser realizada em um ambiente democrático possibilita a organização de processos políticos como a Cúpula dos Povos, espaço autônomo dos movimentos que se dará simultaneamente à COP oficial, na Universidade Federal do Pará. Os eixos de convergência da Cúpula dos Povos, que incluem agendas como de soberania alimentar, agroecologia, reforma agrária, economia feminista, defesa dos territórios e combate ao poder corporativo, não são demandas dirigidas a negociadores da COP, mas agendas de luta dos movimentos.

O que vemos, portanto, é que o espaço oficial oferece possibilidade de avanços marginais nas negociações oficiais: aumento modesto de financiamento climático, poucos compromissos de redução de emissões, expansão de mercados de carbono e outras falsas soluções. Do lado da organização popular, a aposta é pelo fortalecimento das nossas organizações, intensificação da pressão sobre governos e construção de alternativas que dão respostas reais e precisam urgentemente ser adotadas pelos Estados. O futuro da crise ambiental certamente dependerá menos do que ocorre nas mesas de negociação e mais das lutas sociais que constroem, nos territórios e nas ruas, poder popular realmente capaz de impor transformações.



Referências

BARROS, C. et al. Empresa vende créditos de carbono sobre terras públicas na Ilha do Marajó. Agência Pública, 2 maio 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/05/empresa-vende-creditos-de-carbono-sobre-terras-publicas-na-ilha-do-marajo/>. Acesso em: 20 out. 2025.

FAO; FILAC. *Forest governance by indigenous and tribal peoples: an opportunity for climate action in Latin America and the Caribbean*. Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations; Fund for the Development of the Indigenous Peoples of Latin America and the Caribbean, 2021.

HERRERO, Yayo. Economía ecológica y economía feminista: un diálogo necesario. In: CARRASCO, Cristina (Org.). *Con voz propia: la economía feminista como apuesta teórica y política*. Madrid: La Oveja Roja, 2014. p. 219-237

HOLT-GIMÉNEZ, E. Measuring farmers' agroecological resistance after Hurricane Mitch in Nicaragua: a case study in participatory, sustainable land management impact monitoring. *Agriculture, Ecosystems & Environment*, v. 93, n. 1-3, p. 87-105, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167880902000063>. Acesso em: 20 out. 2025.

IEA - INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. *The Role of Critical Minerals in Clean Energy Transitions*. Paris: IEA, 2021.

LOBO, Natália. *Novas formas dos velhos mecanismos de apropriação da natureza: controle dos corpos-tempos-territórios e política feminista*. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021. Disponível em: <https://www.sof.org.br/novas-formas-velhos-mecanismos-apropriacao-natureza-politica-feminista/>. Acesso em: 20 out. 2025.

PÉREZ OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2014. 306 p. (Colección Mapas). ISBN 978-84-96453-48-7. Disponível em: <https://traficantes.net/libros/subversion-feminista-de-la-economia>. Acesso em: 20 out. 2025.

VIA CAMPESINA. *Small scale sustainable farmers are cooling down the earth*. Jakarta, 2009. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/wp-content/uploads/sites/2/2010/03/Small-Scale-Farmers-Cool-Down-EarthEN.pdf> Acesso em: 20 out. 2025.

